

HICK, John, *A Metáfora do Deus Encarnado*, traduzido do inglês por Luís Henrique Dreher, Petrópolis, Vozes, 2000, 230 pp.

A Metáfora do Deus Encarnado, publicada pela Editora Vozes no ano 2000, traduzida por Luís Henrique Dreher, é uma obra que pode causar polêmica para aqueles que buscam, de forma não intelectualizada, o entendimento da questão acerca da encarnação do Verbo ou da vida e ação de Jesus, o Cristo da fé.

É uma obra interessante e instigadora, dividida em quinze capítulos, que vai revelando, a cada página, um novo olhar e uma nova maneira de se compreender o fenômeno Jesus de Nazaré. É quase indispensável para o estudo da doutrina da fé católica ou mesmo para quem quer ter um acesso, ainda que de forma rápida, ao entendimento do sentido da dogmática acerca da Cristologia segundo um autor não católico.

John Hick é teólogo e filósofo da religião, autor de inúmeras obras publicadas e traduzidas em doze línguas diferentes em todo o mundo. Em português destaca-se a obra *Filosofia da Religião*, publicada no original inglês no ano de 1966 e traduzida em 1970.

O professor Hick leciona no Instituto de Pesquisa Avançada em Artes e Ciências Sociais na Universidade de Birmingham, no Reino Unido. Já foi preletor das prestigiosas Gifford Lectures nos anos de 1986 e 1987 e em 1991 recebeu o prêmio Grawemeyer, dedicado ao pensamento inovador na área dos estudos de religião.

Já no prefácio de sua obra, o autor faz uma afirmação que, para ele, é a origem e o fundamento da sua intenção em escrever a presente obra. Essa afirmação consiste em dizer que o cristianismo tradicional afirma que Jesus de Nazaré disse, afirmou, que ele é o próprio Deus encarnado e que se fez homem a fim de morrer pelos pecados da humanidade e, mais ainda, para fundar uma igreja que pudesse assumir esse desígnio.

Não é preciso dizer que o autor acredita que tudo isso não passa de uma visão unitarista do cristianismo e critica este conjunto

de idéias, defendendo o contrário, a partir de alguns pontos que ele apresenta como alternativas. Cito, na seqüência, estes argumentos que ele trabalha em sua obra, contrariando a afirmação acima.

- ▶ Jesus não pregou aquilo que se tornou ortodoxia a seu respeito;
- ▶ O dogma das naturezas humana e divina em Jesus não foi suficientemente esclarecedor;
- ▶ Esse dogma foi utilizado para justificar grandes males humanos;
- ▶ A idéia da encarnação de Deus deve ser compreendida em forma de metáfora;
- ▶ Somente enquanto metáfora pode-se afirmar Jesus como o Senhor, como aquele que torna Deus realidade para nós;
- ▶ A religiosidade cristã é uma entre outras diferentes formas de se lidar com o transcendente último que chamamos de Deus e, assim sendo, não é a única fonte de salvação para todos os seres humanos.

Estes seis pontos serão abordados em seu discurso, no decorrer das páginas da presente obra.

Para o autor, dizer, sem nenhuma explicação, que Jesus de Nazaré é Deus, é tão desprovido de sentido quanto afirmar que um círculo é um quadrado. Assim afirmando, o autor não quer dizer que a encarnação de Deus é impossível, mas sim que só pode ser compreendida quando claramente explicada. Quando a argumentação não é suficiente, fica difícil a compreensão. Então, só se pode fazer uma afirmação acerca desse assunto quando se conseguem provas esclarecedoras e convincentes, o que não aconteceu em todo esse tempo de reflexão e de contraposição de pensamentos de diversos teólogos de todo o mundo.

Afirmar que Jesus é o Cristo é afirmar que o cristianismo é a religião fundada por Deus em pessoa. Se olhássemos assim, fica clara a afirmação “*Extra ecclesiam nulla salus*”. E, como com o passar do tempo, até mesmo a Igreja Católica tem revisto este conceito e não mais ousa dizer isso, ficando evidente a possibilidade de se dizer o contrário.

A fé cristã é para o cristão devoto o mesmo que a fé islâmica é para os muçulmanos crentes, a fé budista para os budistas praticantes, a fé hindu para os hindus dedicados. Tudo não passa de uma inserção cultural, depende do meio na qual a pessoa está inserida, da qual nasce, cresce e é orientada.

O autor afirma que Jesus pode ser Deus encarnado assim como pode haver um deus encarnado no judaísmo, no budismo, no hinduísmo, no taoísmo, no confucionismo, ou no xintoísmo. Ele discorda da preexistência de Jesus, nega a interação entre o divino e o humano em Jesus, nega que em Jesus se dá a única manifestação divina, nega que essa manifestação seja exclusiva ou final.

Diante dos grandes problemas pelos quais passou a sociedade pós-pascal, como a helenização, a passagem do oral para o escrito, do aramaico para o grego, do judeu ao gentio, da Galiléia ao Império Romano, como definir que após cerca de 50 a 70 anos aquilo que se narrou nos evangelhos acerca de Jesus é digno de fé, de crença, de confiança, de verdadeiro? O que se pode dizer com certeza acerca daquele que marcou toda uma história, o Jesus de Nazaré? Sem dúvida, pode-se concordar que ele era judeu, filho de uma mulher, Maria, foi batizado por João, pregava, curava e exorcizava, chamou discípulos a si, foi crucificado fora dos muros de Jerusalém pelas autoridades romanas e após a sua morte, seus seguidores continuaram existindo com um movimento claro e evidente. Tudo o mais é questionável.

Para o autor, a Igreja pós-pascal colocou palavras nas bocas de Jesus e ações que pode ser que ele não tenha vindo a realizar. Quanto à sua ressurreição, o autor disserta acerca da experiência de Paulo, que vê uma luz muito forte e escuta uma voz; da experiência de Pedro e dos outros apóstolos, das mulheres e até mesmo dos discípulos de Emaús como sendo experiências similares à de Paulo. Uma experiência na qual estavam conscientes da presença gloriosa de Jesus. As narrações do sepulcro vazio, as três horas de escuridão sobre a terra, o rompimento do véu do santuário, o tremor da terra, os guardas desmaiados após a ressurreição, as aparições de Jesus no sepulcro às mulheres, na estrada de Emaús, aos onze discípulos em Jerusalém e sua ascensão desaparecendo numa nuvem, são relatos e

acréscimos posteriores. Isso fica muito fácil de ser aceito se notarmos que no primeiro evangelho escrito, o de Marcos, não há relatos desse tipo, não há aparições, a não ser o seu segundo epílogo, sobre o qual é consenso entre os exegetas que é um acréscimo posterior. Muito diferente do evangelho de João que já é marcado essencialmente pela deificação de Jesus nas mentes dos membros de sua Igreja, composto no final do primeiro século de nossa era.

Para Hick, o que mais marca em Jesus é a sua afinidade com Deus, com uma consciência de estar servindo a Deus e não tendo a intenção de fundar uma igreja. Para ele, Jesus era tão aberto a Deus que poderia continuar nos ajudando a sermos como ele: buscarmos em Deus o auxílio e a direção para nossas vidas na atualidade.

Para o autor, Jesus não se entendeu como Deus e nem mesmo como o Filho de Deus encarnado. O que na verdade foi dito acerca de Jesus é que sua humanidade foi elevada a um nível nunca superado por outro ser humano. Seu papel foi extremamente exaltado e único após sua morte e mesmo assim não foi elevado à condição divina. Hick questiona: como é possível que a Igreja saiba algo a respeito de Jesus, algo que ele mesmo não sabia?

Segundo o autor, há quatro possíveis respostas a esse respeito:

- a. Uma é que ele não tinha consciência de sua própria divindade e que haja uma reflexão apropriada de sua missão escatológica no início do primeiro século. Se Jesus ensinou seus discípulos a chamar a Deus de Pai (através da oração), isso significa e demonstra sua intimidade com o Pai, mas não trazia nada de novo para seus seguidores. E experimentar Deus como Pai não é a mesma coisa que se experimentar a si mesmo como segunda pessoa da Trindade. Jesus nunca se colocou no lugar de Deus. Mesmo quando havia a relação com o perdão dos pecados, tal atuação era própria de um sacerdote e não de Deus.
- b. O evento Cristo é outra resposta a essa negação, uma vez que esse conceito não revela somente a vida de Jesus, mas, também, da Igreja em seu início. O cristianismo não é só a vida de Jesus, mas também a vida dos primeiros cristãos de

forma metafórica. Assim, afasta-se a crença de que o Jesus histórico é o próprio filho de Deus encarnado. Não importa como Jesus se autocompreendeu, mas sim como as primeiras comunidades compreenderam Jesus. Só conhecemos a Jesus pelo que os outros nos falaram e transmitiram a seu respeito. Essa corrente fez com que ele fosse considerado divino como tantos outros indivíduos em sua época eram tidos. O simples fato de Jesus ser o “filho de Deus”, na maneira mais simples de ser, como tantos outros eram, foi criando, aos poucos, uma força enorme e ele veio a tornar-se o “Filho de Deus” como a Igreja prega, a segunda pessoa da Trindade divina.

- c. Outro ponto é a questão do dogma. Quando se afirma que ao formular um dogma cristológico a Igreja é iluminada pelo Espírito Santo é redundante, pois se acredita que, se por um lado, o dogma é afirmado é porque é verdade e, se é verdade, é confirmado no concílio.
- d. Uma outra resposta é quanto ao abandono da idéia de Jesus histórico substituído por um Cristo celestial ou cósmico, por um Jesus experimentado no presente. Isso também é possível com outras experiências religiosas. Estas experiências, no sentido naturalista, são alucinações, e do ponto de vista religioso, devem ser tratadas a partir de seus frutos.

Após analisar estes quatro pontos, Hick conclui que o processo pelo qual se deificou Jesus é naturalmente válido e que a doutrina que decorre daí é perfeitamente crível em si mesma, mas sem validade universal.

Analisando a nomenclatura de “Filho de Deus” aplicada a Jesus, Hick não hesita em dizer que muito estranho seria se ele não tivesse adquirido, de fato, esta adjetivação, uma vez que o termo era muito utilizado quando se queria dizer ou se referia a alguém muito piedoso em sua época, além de que deuses da mitologia grega também recebiam tal qualificação. “...no caso da linguagem do ‘filho de Deus’, temos aquilo que era, no mundo antigo, uma metáfora amplamente utilizada e prontamente compreendida, ainda que a teologia

cristã subsequente viesse a tratá-la como uma linguagem dotada de sentido literal” (p. 63).

Podemos, ainda, perguntar-nos, como o autor: Jesus era livre para rejeitar a orientação e a iluminação do Espírito Santo? Hick mesmo responde: “*Se não era livre, não foi genuinamente humano; e se era livre, em seu cérebro humano, para agir erradamente, como é que sabemos que nunca o fez e que o self divino central, que ‘não estava, por assim dizer, presente em Seu cérebro humano’, levou a que agisse de outro modo?’*” (p. 85). Para o nosso autor, tentar responder acerca das duas mentes presentes em Jesus (a humana e a divina), como tentaram fazer Thomas Morris e Richard Sturch, não é superior à tentativa de explicar as duas substâncias presentes em Jesus, como tentou demonstrar o concílio de Calcedônia, porém, sem mexer na questão do mistério.

O autor discute, de forma bastante convincente, a questão do auto-esvaziamento divino em Jesus. Ele afirma que Jesus não tem e nem pode ter consciência de quem realmente ele é – assim como qualquer outro ser possuidor da natureza humana – e, por isso, não é uma possibilidade coerente. “... *a falácia presente nesses apelos ao mistério enquanto substituto para a clareza conceitual está em que a cristologia quenótica não é uma verdade revelada, e sim, como Davis corretamente a denomina, uma teoria. Ela é uma hipótese humanamente projetada; e nós não podemos salvar uma hipótese deficiente rotulando-a de mistério divino*” (p. 99).

Jesus é Deus? A onipotência é essencial em Deus? Como explicar a não onipotência em Jesus? Somente Deus é bom, sábio, justo, misericordioso de forma infinita; os demais seres humanos tentam ou têm um pouco dessas qualidades próprias presentes na essência de Deus. Assim, em Jesus, habita, também, essa parcialidade própria do ser humano, uma vez que ele se corporificou e viveu num determinado tempo e espaço. Jesus viveu uma temporalidade. Dizer, ao contrário, que “*Jesus foi perfeito em todos os momentos de sua vida é necessariamente uma afirmação de fé, e não coincide com um relato histórico*” (p. 107).

Para Hick, Jesus foi uma pessoa tão aberta à presença e ao amor de Deus que conseguiu fazer com que em sua vida se “encar-

nassem” os ideais do Pai, chegando até mesmo à morte. O problema é quando essa metáfora é assumida de forma literal, afirmando que Jesus abriu mão de certos atributos divinos para tornar-se homem. Aí está, segundo ele, algo absolutamente insustentável para acreditar na pessoa de Jesus como sendo a segunda pessoa da Trindade para os cristãos.

E, aí, o autor delinea algumas conseqüências dessa metaforização: a divindade de Jesus foi utilizada para dar validade ao preconceito contra o paganismo no império romano; à exploração do terceiro mundo entre os séculos XV e XIX, com a desculpa de se estar servindo ao senhorio divino de Cristo; às conquistas espanholas no século XVI para obter ouro e glória para o rei, juntamente com as cruzadas – cruces para as terras pagãs; ao império britânico-cristão do século XIX, na qual todo aspecto do império era um aspecto de Cristo. Outro aspecto é o patriarcalismo e a submissão social da mulher; além, é claro, da maneira como os cristãos lidaram, em toda a sua história com as outras grandes religiões mundiais “*um complexo de superioridade religiosa que prontamente se manifesta como arrogância, desprezo, condenação e hostilidade*” (p. 119). Para o autor, se o cristianismo deixasse de ver a divindade de Jesus como literal e a assumisse como metáfora dentro do próprio cristianismo, acabariam as barreiras de relação cristã com todas as outras parcelas ou segmentos da humanidade. Assim pensando, fica fácil entendermos que também todas as outras grandes figuras religiosas “encarnaram”, cada um a seu modo diferente, um ideal de vida humana que traduzisse a realidade divina.

Hick insiste nisso, quando afirma que há uma grande diferença entre os atributos divinos e humanos e que Jesus era humano. Só enquanto metáfora podemos reconhecer a filiação de Jesus, ou seja, como ele mesmo sendo Deus encarnado. Quando se diz que todos os seres humanos devem “encarnar” Cristo no mundo, não se está querendo dizer outra coisa a não ser que assumimos seu seguimento e nos tornamos anunciadores, espalhando seus ensinamentos e seu testemunho em favor da vida plena a todos e não a sua semelhança com a substância divina. Assumindo, de maneira metafórica essa idéia, estaremos assumindo que, através de Jesus, Deus estava

atuando na história da humanidade, assim como fez com Moisés ou qualquer um dos profetas do Antigo Testamento.

Assim sendo, podemos nos perguntar, assim como Hick se questiona, se somente a Igreja católica pode salvar. Mais adiante, em sua obra, o autor disserta um pouco sobre a salvação e a cruz de Jesus como meio para esta salvação. Salvação que pode ser entendida – e o é pelo cristianismo – como remissão ou reparação dos pecados da humanidade. Mas o autor mesmo nos lembra que Jesus, ensinando seus seguidores como orarem ao Pai, disse que somente o Pai pode perdoar nossos pecados e com uma condição, a que nos perdoemos mutuamente. Não há necessidade de um mediador entre a humanidade pecadora e Deus e nem mesmo de uma morte que possa vir reparar o erro do ser humano. Neste mesmo sentido ele narra que não há um ser semelhante a Deus, o diabo, com direitos iguais e legítimos diante de Deus. “*É enganoso pensar no Pai celeste segundo o modelo de um senhor feudal ou de um moralista cósmico inflexível. É equivocado considerar uma aceitação da mitologia cristã da cruz como único modo de salvação para todos os seres humanos*” (p. 178).

Para ele, todas as religiões buscam uma transformação da existência humana, uma passagem do autocentramento para um centramento na realidade. De maneira geral, todas as religiões buscam a igualdade entre toda a humanidade, procuram construir a paz, almejam a concórdia e a promoção da vida. Se todas as pessoas do mundo vivessem este ideal, não haveria no mundo injustiça e nem sofrimento. A base de todas as religiões é o amor, assim como no cristianismo. Se tomarmos a partir deste ponto de vista, concluímos que nenhuma das grandes religiões do mundo é superior a nenhuma delas, nenhuma é mais salvadora que a outra. Assim sendo, ele condena veementemente a doutrina que já mencionamos acima – “*extra ecclesiam nulla salus*” –, tão amplamente defendida pelos cristãos católicos.

Para concluir, o autor afirma que Jesus deve ser, sim, seguido e tido como modelo, mas que não necessariamente seja o único, não como o próprio Deus em termos literais. O cristianismo, para ele, é um caminho de salvação e libertação entre outros tantos, interagindo mutuamente com tantos outros caminhos. “*Considere-se a crença de*

que existe uma Realidade transcendente e última que é o fundamento de todas as coisas; que esta Realidade é benigna em relação à vida humana; que a presença universal desta Realidade é refletida (“encarnada”), humanamente falando, na vida dos grandes líderes espirituais do mundo; e que entre todos encontramos Jesus como nossa principal revelação do Real e nosso principal guia para a vida” (p. 219). Eis a idéia principal do autor. Se quiséssemos revelar o conteúdo de toda a sua obra em uma única frase, bastaria entendermos este parágrafo acima citado.

Podemos nos perguntar o que de novo veio nos trazer esta reflexão: continuamos presos em nosso “casulo intelectual”, que não nos permite olhar para o lado, à nossa volta? Casulo formado e constituído por idéias tradicionais e permanentes, que fazem sentido para a nossa existência e que não pode ser rompido, pois o novo traz medo, insegurança. Não podemos nos deixar questionar e criticar? O que queremos, na verdade: uma fé que seja sustentável e crível no nosso dia-a-dia, no nosso cotidiano, encarnado na realidade social de cada ser humano ou somente em nossos momentos litúrgicos e celebrativos? A nossa fé é voltada para nós mesmos ou para a vida plena de todos?

Como podemos perceber, o autor não desmorona com o cristianismo e nem mesmo com o catolicismo, mas sim com determinadas concepções e dogmas que, ao passar do tempo, o próprio homem, em nome de Deus – ou de Jesus, o Cristo – foi assimilando a si mesmo enquanto religião portadora de toda a Revelação e de toda a Verdade. O que o autor quer mostrar é que a vida e a ação de Jesus está muito acima de tudo isso... Felizes são aqueles que seguem o ideal de Jesus, seu plano de ação, sua fidelidade ao amor do Pai. Mas tê-lo – Jesus – como o próprio Filho de Deus encarnado, só pode ser tido como verdade a partir de uma idéia metafórica, idéia esta que, se assim assumido, não vem diminuir em nada seus ensinamentos, seu testemunho e até mesmo o meio de salvação anunciado por Jesus de Nazaré.

*Sandro de Souza Portela cursa o 3º ano de Teologia no ITCR da PUC-Campinas
e-mail: portelasandro@bol.com.br*